

Encontro de países lusófonos

# Cooperativas no sector primário

05.  
24/5/91

Reunidos em Lisboa, representantes do movimento cooperativo de Portugal, Brasil e África de expressão portuguesa debateram a criação de uma associação internacional

**O** SECTOR cooperativo deverá ser um campo privilegiado de investimento em África, especialmente nas áreas de transformação de produtos do sector primário, na opinião dos organizadores do Primeiro Encontro Cooperativo dos Países de Expressão Oficial Portuguesa, que terminou ontem, quinta-feira, em Lisboa.

A iniciativa do Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo-INS-

COOP. Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Portugal-CONFAGRI e Confederação Cooperativa Portuguesa-CONFECOOP, permitiu juntar representantes de todas as nações lusófonas.

De acordo com as conclusões, o aumento das relações comerciais passa por uma actuação específica, privilegiando o desenvolvimento dos investimentos produtivos na agricultura e pescas, no quadro global da reconstituição e relançamento dos sistemas já instalados ou dos novos investimentos a lançar.

Numa segunda fase, poderá ser garantido o apoio a estruturas de comercialização e de distribuição final nos países africanos, para ultrapassar estrangulamentos, considerando-se, ainda, imprescindível o apoio a quadros africanos nestas áreas.

Por outro lado, aposta-se no desencadeamento de uma dinâmica em sen-

tido inverso: as cooperativas de países lusófonos de África deverão aproveitar o caminho aberto pelas suas congéneres em Bruxelas, para actuação no espaço comunitário, no âmbito dos acordos de Lomé.

O caso do Brasil foi reconhecido como diferente, embora de potencialidades igualmente vastas, considerando-se também as cooperativas portuguesas como porta ideal para a entrada na Europa de organizações do outro lado do Atlântico. As sessões foram organizadas em quatro painéis: o primeiro, dedicado às experiências cooperativas dos diversos países; o segundo, à formação cooperativa e desenvolvimento; o terceiro, à intercooperação cooperativa; e o último, à institucionalização da cooperação.

As linhas de uma futura Associação Internacional Cooperativa Lusófona também foram debatidas pelos representantes do nosso país, Brasil e

nações africanas de língua oficial portuguesa. Os participantes reconheceram que a internacionalização da economia e a proximidade do Mercado Único Europeu «impõem aos movimentos cooperativos lusófonos o estudo de projectos de intercooperação económica e social».

Porém, conforme foi afirmado, «todas as iniciativas ficarão prejudicadas se não se der corpo a um plano de organização internacional do sector cooperativo dos países de língua oficial portuguesa».

A situação — sublinharam — «é muito diferente entre os vários estados, desde logo tendo em conta que, em Portugal, existem duas estruturas superiores de representação do movimento cooperativo e que uma delas, a do ramo agrícola, enfrenta, desde há cinco anos, os enormes desafios postos pela entrada nas Comunidades Europeias».